



MATRIZ DE EVIDÊNCIAS

| Questão de Consultoria:  |   | Subquestão de consultoria: Quais parâmetros devem ser utilizados para sistematização e descrição do universo dos processos do MD em desdobramento em segundo nível dos macroprocessos da Cadeia de Valor do PEO 2024-2027?   |  |  |  |   |  |   |                                   |             |
|--|---|--|--|--|--|---|--|---|-----------------------------------|-------------|
| Temas dos Processo em desdobramento do Macroprocessos do PEO -MD 2024-2027               | Critérios   |  |  |  |  |   |  |   | Condição                          | Responsável |
|  | CRITÉRIO<br>Base normativa                        | CRITÉRIO<br>Competências Regimentais   | CRITÉRIO<br>Tem relação com qual Macroprocessos do MD, conforme PEO 2024-2027? | CRITÉRIO<br>Tipo de Macroprocessos do MD, conforme PEO | CRITÉRIO<br>Tema Transversal ao MD ou Singular ao Órgão/Unidade? | CRITÉRIO<br>Tema organizado por meio de sistema estruturador do Poder Executivo (DL 200/67) ou de sistema restrito ao MD? | CRITÉRIO<br>Se a atividade singular ao Ministério da Defesa ou comum ao Poder Executivo Federal qual a base normativa do descritivo do processo? | CRITÉRIO<br>Se a atividade está relacionada com Políticas Públicas, qual o instrumento normativo? |                                   |             |
| Controle Interno   | Decreto 11.337/2023, art. 10                      | Art. 10. À Secretaria de Controle Interno, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, orientado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União  | Governança e Gestão  | Gerenciamento  | Transversal  | Sistema Estruturador do Poder Executivo   | Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal (SCI)   | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | CIS/ET      |
| Governança do Setor de Defesa - Deliberações do Conselho Superior de Governança (CONSUG) | Decreto 11.337/2023, art. 11 e Decreto 9.628/2018 | Art. 62. Ao Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018.  | Governança e Gestão  | Gerenciamento  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | MD          |
| Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED)                                      | Decreto 11.337/2023, art. 12                      | Art. 12. Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos:<br>§ 1º Compete, ainda, ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:<br>II - estabelecer requisitos operacionais conjuntos para os projetos estratégicos de interesse da defesa;<br>III - subsidiar o processo decisório no Ministério para a deliberação de projetos estratégicos de interesse da defesa, ouvido o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares;  | Governança e Gestão  | Gerenciamento  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | EM/CA       |
| Subsistência e segurança de alimentos  | Decreto 11.337/2023, art. 12, caput               | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br><br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento e de transporte logístico nas Forças Armadas; | Logística de Defesa e Mobilização Nacional                                     | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CHE/LOG     |
| Estruturação do potencial estratégico de defesa em torno de capacidades                  | Decreto 11.337/2023, art. 15                      | Art. 15. À Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:<br>d) atividades relacionadas ao planejamento baseado em capacidades desenvolvidas pelas Forças Armadas e pelo Ministério; e   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas              | Gerenciamento  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CH/OC       |
| Capacidades militares de defesa  | Decreto 11.337/2023, art. 15 e 16                 | Art. 15. À Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:<br>d) atividades relacionadas ao planejamento baseado em capacidades desenvolvidas pelas Forças Armadas e pelo Ministério; e<br>Art. 16. À Vice-Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>I - assistir o Chefe de Operações Conjuntas nos assuntos que constituem as áreas de atuação do órgão;<br>II - orientar, coordenar e controlar a execução das ações das Subchefias, das Assessorias e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Chefia de Operações Conjuntas; e<br>III - consolidar o planejamento orçamentário das Subchefias da Chefia de Operações Conjuntas, acompanhar a sua execução e gerir as ações orçamentárias sob responsabilidade da Chefia.  | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas              | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CH/OC       |
| Operações de paz   | Decreto 11.337/2023, art. 15 e 16                 | Art. 15. À Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:<br>c) atividades relacionadas às operações internacionais, entendidas como operações de paz, de assistência e de desminagem humanitárias e de segurança, exercida por militares das Forças Armadas, em representações diplomáticas brasileiras no exterior;<br>Art. 19. À Subchefia de Operações Internacionais compete:<br>IV - gerenciar o preparo, o desdobramento, o emprego, os rotzios, a desmobilização e a repatriação de contingentes das Forças Armadas em operações de paz, de desminagem humanitária e dos militares em missões de caráter individual nessas atividades;<br>X - gerir os processos de indenização e de reembolso da Organização das Nações Unidas ou de outros organismos internacionais decorrentes da participação brasileira em operações de paz;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas              | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CH/OC       |
| Planejamento e execução de operações militares   | Decreto 11.337/2023, art. 15 e 18                 | Art. 15. À Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:<br>d) atividades relacionadas ao planejamento baseado em capacidades desenvolvidas pelas Forças Armadas e pelo Ministério;<br>VI - coordenar com a Chefia de Logística e Mobilização as demandas logísticas e de mobilização para os planejamentos e as supervisões nos níveis estratégico e operacional;<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>II - coordenar o planejamento estratégico e orientar os planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas;<br>VI - propor diretrizes para o planejamento estratégico e o emprego das Forças Armadas em operações de não guerra;<br>XII - propor o aprimoramento da doutrina de emprego conjunto das Forças Armadas para as operações conjuntas de guerra e de não guerra e a sua aplicação nos planejamentos estratégicos e operacionais relacionadas a situações de crise ou de conflito armado e nos exercícios de adestramento conjunto ou combinado;  | Política e Estratégia de Defesa  | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE         |
| Política Nacional de Defesa (PND)  | Decreto 11.337/2023, art. 20                      | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;   | Política e Estratégia de Defesa  | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE         |
| Estratégia Nacional de Defesa (END)  | Decreto 11.337/2023, art. 20                      | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;   | Política e Estratégia de Defesa  | Finalístico  | Singular   | Não estruturado por Sistema   | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025              | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE         |

|   |                                   |   |   |             |             |                             |  |  |  |     |
|---|-----------------------------------|---|---|-------------|-------------|-----------------------------|--|--|--|-----|
| Planejamento estratégico militar              | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>V - atualizar a sistemática de planejamento estratégico-militar;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, de maneira a subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>VIII - coordenar a elaboração do planejamento estratégico, no que lhe couber, de acordo com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, com base nos cenários esperados, observadas as competências das demais Chefas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e de outros órgãos de assessoramento e de assistência direta ao Ministro de Estado;<br>Art. 22. A Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>III - coordenar a atualização da sistemática de planejamento estratégico-militar;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>VIII - elaborar a avaliação política e estratégica de defesa, a fim de contribuir para o processo de atualização dos documentos do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa e do Planejamento Estratégico Militar de Defesa;  | Política e Estratégia de Defesa         | Finalístico | Transversal | Sistema Restrito ao MD      | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD          | CAE |
| Projetos estratégicos de defesa               | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>Art. 22. A Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>X - acompanhar a execução de programas e de projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa<br>II - coordenar a atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa;<br>III - coordenar a atualização da sistemática de planejamento estratégico-militar;<br>IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério no gerenciamento de crises político-estratégicas;<br>V - conduzir o planejamento, a coordenação e a participação da Chefia de Assuntos Estratégicos nos diálogos político-estratégicos e político-militares;<br>VI - elaborar estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério, no que couber, decorrentes dos objetivos nacionais de defesa, das estratégias de defesa e das ações estratégicas de defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>VIII - elaborar a avaliação política e estratégica de defesa, a fim de contribuir para o processo de atualização dos documentos do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa e do Planejamento Estratégico Militar de Defesa;  | Política e Estratégia de Defesa         | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD          | CAE |
| Políticas e estratégias relacionadas à defesa | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>X - acompanhar a execução de programas e de projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa<br>II - coordenar a atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa;<br>III - coordenar a atualização da sistemática de planejamento estratégico-militar;<br>IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério no gerenciamento de crises político-estratégicas;<br>V - conduzir o planejamento, a coordenação e a participação da Chefia de Assuntos Estratégicos nos diálogos político-estratégicos e político-militares;<br>VI - elaborar estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério, no que couber, decorrentes dos objetivos nacionais de defesa, das estratégias de defesa e das ações estratégicas de defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>VIII - elaborar a avaliação política e estratégica de defesa, a fim de contribuir para o processo de atualização dos documentos do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa e do Planejamento Estratégico Militar de Defesa;  | Política e Estratégia de Defesa         | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD          | CAE |
| Desenvolvimento da infraestrutura nacional    | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>III - propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de defesa;<br>IX - participar e coordenar representações de interesse da defesa em organismos, no País e no exterior;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério no gerenciamento de crises político-estratégicas;<br>VI - elaborar estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério, no que couber, decorrentes dos objetivos nacionais de defesa, das estratégias de defesa e das ações estratégicas de defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>IX - acompanhar os assuntos setoriais de Governo e as suas implicações para a defesa nacional, em articulação com as Forças Armadas, com órgãos públicos e entidades, públicas e privadas;<br>X - acompanhar a execução de programas e de projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa;<br>XI - acompanhar a implementação da Política Marítima Nacional, de que trata o Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994;<br>XII - orientar os representantes brasileiros em organismos internacionais, respeitadas as atribuições da Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Militar, de que trata a Lei Complementar nº 97, de 1999;Competência não descrita no Decreto 11.337/2023. Tema singular às Forças | Cooperação com Desenvolvimento Nacional | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Não Adequado - Tema de Processo das Forças | CAE |

|  |   |  |   |               |             |   |  |  |  |               |
|--|---|--|---|---------------|-------------|---|--|--|--|---------------|
| Interesses marítimos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (Amazônia Azul*) | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22         | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>II - propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de defesa;<br>IX - participar e coordenar representações de interesse da defesa em organismos, no País e no exterior;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério no gerenciamento de crises político-estratégicas;<br>VI - elaborar estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério, no que couber, decorrentes dos objetivos nacionais de defesa, das estratégias de defesa e das ações estratégicas de defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>IX - acompanhar os assuntos setoriais de Governo e as suas implicações para a defesa nacional, em articulação com as Forças Armadas, com órgãos públicos e entidades, públicas e privadas;<br>X - acompanhar a execução de programas e de projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa;<br>XI - acompanhar a implementação da Política Marítima Nacional, de que trata o Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994;<br>XII - orientar os representantes brasileiros em organismos internacionais, respeitadas as atribuições da Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Militar, de que trata a Lei Complementar nº 97, de 1999;Competência não descrita no Decreto 11.337/2023. Tema singular às Forças | Cooperação com Desenvolvimento Nacional                 | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Não Adequado - Tema de Processo das Forças | CAE           |
| Apoio aos setores propulsores do desenvolvimento do País                   | Decreto 11.337/2023, art. 20 e 22         | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;<br>II - propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de defesa;<br>IX - participar e coordenar representações de interesse da defesa em organismos, no País e no exterior;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério no gerenciamento de crises político-estratégicas;<br>VI - elaborar estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério, no que couber, decorrentes dos objetivos nacionais de defesa, das estratégias de defesa e das ações estratégicas de defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>IX - acompanhar os assuntos setoriais de Governo e as suas implicações para a defesa nacional, em articulação com as Forças Armadas, com órgãos públicos e entidades, públicas e privadas;<br>X - acompanhar a execução de programas e de projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa;<br>XI - acompanhar a implementação da Política Marítima Nacional, de que trata o Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994;<br>XII - orientar os representantes brasileiros em organismos internacionais, respeitadas as atribuições da Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Militar, de que trata a Lei Complementar nº 97, de 1999;Competência não descrita no Decreto 11.337/2023. Tema singular às Forças | Cooperação com Desenvolvimento Nacional                 | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Não Adequado - Tema de Processo das Forças | CAE           |
| Exercícios de Apresentação da Reserva (EXAR)                               | Decreto 11.337/2023, art. 25 e 28         | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 28. À Subchefia de Mobilização compete:<br>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;<br>VI - elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar a sua execução pelas Forças Armadas;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional              | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Não Adequado - Tema de Processo das Forças | CHELOG        |
| Marcos regulatórios  | Decreto 11.337/2023, art. 25, 43, 43 e 44 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>XIV - promover, em articulação com a Secretaria de Produtos de Defesa, no âmbito de suas competências, as atividades necessárias ao cumprimento do marco regulatório da Base Industrial de Defesa;<br>XX - atestar, em articulação com a Secretaria de Produtos de Defesa, a conformidade documental e arquivar os processos de empresas candidatas ao credenciamento como empresa de defesa e empresa estratégica de defesa, e dos produtos de defesa e estratégicos de defesa, de que tratam a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, e o Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013;<br>Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>VII - em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:<br>a) acompanhar os programas e os projetos do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa;<br>c) acompanhar os assuntos relacionados à padronização dos produtos de defesa de uso ou de interesse comum das Forças Armadas;<br>e) formular e acompanhar as propostas de memorandos de entendimento relacionados à Base Industrial de Defesa; e<br>Art. 44. Ao Departamento de Produtos de Defesa compete:<br>a) normas para a classificação dos produtos de defesa e estratégicos de defesa e para o credenciamento de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa;<br>b) requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos de defesa para serem classificados como estratégicos de defesa; e  | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional da Indústria da Defesa - Portaria nº 899/2005                      | Adequado - Tema de Processo do MD          | CHELOG/SEPROD |
| Governança e Supervisão Ministerial das Empresas Estatais                  | Decreto 11.337/2023, art. 33              | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>XI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Coordenação da Governança e Supervisão Ministerial das Empresas Estatais. (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)   | Governança e Gestão                                     | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais - Decreto nº 12.302/2024 | Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBID - Decreto nº 11169/2022       | Adequado - Tema de Processo do MD          | SG            |

|  |                                     |   |  |               |             |   |   |  |                                   |        |
|--|-------------------------------------|---|--|---------------|-------------|---|---|--|-----------------------------------|--------|
| Programas educacionais e desportivos                           | Decreto 11.337/2023, art. 48 e 51   | <p>Art. 48. A Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:</p> <p>VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros;</p> <p>X - propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relacionadas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; e</p> <p>Art. 51. Ao Departamento de Desporto Militar compete:</p> <p>I - propor política para o desenvolvimento do desporto militar nas Forças Armadas, inclusive para a incorporação de atletas de alto rendimento;</p> <p>II - elaborar e propor bases para a formulação e para a atualização das diretrizes gerais e das instruções complementares, das normas e dos procedimentos para atividades relacionadas ao desporto militar e acompanhar a sua execução;</p> <p>III - elaborar, em coordenação com as Forças Armadas, o Programa Desportivo Militar anual;</p> <p>IV - apoiar o planejamento, a organização e a execução de eventos ou de competições desportivas que envolvam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, nas manifestações esportivas de alto rendimento, escolar, corpo de tropa e de participação;</p> <p>V - promover reuniões periódicas com as Comissões de Desportos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a fim de coordenar as políticas e as ações de interesse do desporto militar;</p> <p>VI - constituir representações nacionais nas competições desportivas militares internacionais com componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares;</p> <p>VII - receber e formalizar as propostas de convocação de militares indicados para competições, para campeonatos e para outras atividades ligadas ao esporte e ao treinamento físico;</p> <p>VIII - apoiar as Forças Armadas na manutenção do treinamento de seus atletas de alto rendimento, com vistas à composição de representação nacional;</p> <p>IX - representar, quando requerido, o desporto militar brasileiro em eventos nacionais e internacionais de interesse da defesa e na esfera de suas competências;</p> <p>X - promover cursos, conferências, palestras e outros eventos e iniciativas que visem à divulgação e ao aprimoramento do desporto militar;</p> <p>XI - representar o desporto militar do País perante os organismos desportivos militares estrangeiros;</p> <p>XII - realizar, mediante consulta aos comandos das Forças Armadas, a seleção e a indicação de militares brasileiros para o desempenho de funções e de cargos em organismos desportivos militares estrangeiros;</p> <p>XIII - selecionar e propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais, por solicitação das Nações Amigas, instrutores e monitores de educação física ou orientadores de modalidades esportivas;</p> <p>XIV - assumir, quando lhe couber, a presidência da União Desportiva Militar Sul-Americana;</p> <p>XV - planejar e apoiar a organização e a execução de campeonatos, de torneios, de congressos, de simpósios e de atividades afins, em âmbitos nacional, regional e internacional, em coordenação ou não com organismos desportivos militares, nacionais ou estrangeiros;</p> <p>XVI - integrar, quando convocado e indicado, o Conselho Nacional do Esporte;</p> <p>XVII - colaborar com o <i>comitê nacional do alto rendimento por meio do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento do Exército Armador</i>.</p> | Políticas de Pessoal e Proteção Social | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDS |
| Políticas públicas de promoção da cidadania                    | Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52   | <p>Art. 48. A Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:</p> <p>VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros;</p> <p>Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete:</p> <p>I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas;</p> <p>II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e</p> <p>III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.</p>   | Políticas de Pessoal e Proteção Social | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDS |
| Programas sociais  | Decreto 11.337/2023, art. 48 e 52   | <p>Art. 48. A Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:</p> <p>VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros;</p> <p>Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete:</p> <p>I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas;</p> <p>II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e</p> <p>III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.</p>   | Políticas de Pessoal e Proteção Social | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDS |
| Processo de Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD) | Decreto 11.337/2023, art. 5º        | <p>Art. 5º A Assessoria Especial de Planejamento compete:</p> <p>II - coordenar os processos de:</p> <p>a) elaboração, acompanhamento, revisão e atualização do planejamento estratégico setorial de defesa</p>   | Governança e Gestão                    | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | ASPLAN |
| Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)                         | Decreto 11.337/2023, art. 5º        | <p>Art. 5º A Assessoria Especial de Planejamento compete:</p> <p>I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados à governança pública do setor de defesa e aos temas específicos de sua área de atuação;</p> <p>II - coordenar os processos de:</p> <p>a) elaboração, acompanhamento, revisão e atualização do planejamento estratégico setorial de defesa; e</p> <p>b) elaboração e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional; e</p> <p>III - apoiar o Conselho Superior de Governança nos assuntos relacionados à sua área de atuação.</p>   | Política e Estratégia de Defesa        | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | ASPLAN |
| Normatização de assuntos estratégicos de competência da defesa | Decreto 11.337/2023, art. 5º        | <p>Art. 5º A Assessoria Especial de Planejamento compete:</p> <p>I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados à governança pública do setor de defesa e aos temas específicos de sua área de atuação;</p> <p>II - coordenar os processos de:</p> <p>a) elaboração, acompanhamento, revisão e atualização do planejamento estratégico setorial de defesa; e</p> <p>b) elaboração e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional; e</p> <p>III - apoiar o Conselho Superior de Governança nos assuntos relacionados à sua área de atuação.</p>   | Política e Estratégia de Defesa        | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | ASPLAN |
| Gestão das relações institucionais                             | Decreto 11.337/2023, art. 6º        | <p>Art. 6º A Assessoria Especial de Relações Institucionais compete assessorar o Ministro de Estado no relacionamento institucional com os órgãos e as entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das três esferas de governo, com a sociedade e as suas organizações, respeitadas as competências das demais órgãos do Ministério.</p>   | Comunicação e Relações Institucionais  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | AERI   |
| Assessoria parlamentar   | Decreto 11.337/2023, art. 6º, caput | <p>Art. 6º A Assessoria Especial de Relações Institucionais compete assessorar o Ministro de Estado no relacionamento institucional com os órgãos e as entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das três esferas de governo, com a sociedade e as suas organizações, respeitadas as competências das demais órgãos do Ministério.</p>   | Comunicação e Relações Institucionais  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | AERI   |
| Comunicação institucional                                      | Decreto 11.337/2023, art. 7º        | <p>Art. 7º A Assessoria Especial de Comunicação Social compete exercer as atividades de comunicação do Ministro de Estado e a comunicação institucional dos órgãos integrantes da administração central do Ministério, observadas as competências da Secretaria Especial de Comunicação Social</p>  | Comunicação e Relações Institucionais  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | ASCOM  |
| Comunicação social   | Decreto 11.337/2023, art. 7º        | <p>Art. 7º A Assessoria Especial de Comunicação Social compete exercer as atividades de comunicação do Ministro de Estado e a comunicação institucional dos órgãos integrantes da administração central do Ministério, observadas as competências da Secretaria Especial de Comunicação Social</p>  | Comunicação e Relações Institucionais  | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM) - Decreto nº 6.555/2008/Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | ASCOM  |
| Ouvidoria  | Decreto 11.337/2023, art. 8º        | <p>Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:</p> <p>IV - exercer as atribuições de unidade de ouvidoria do Ministério;</p>  | Integridade e Transparência            | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SISOUV) - Decreto nº 9.492/2018/Resolução CONSUG MD nº 22/2025             | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Gestão da Transparência Ativa                                  | Decreto 11.337/2023, art. 8º        | <p>Art. 8º A Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:</p> <p>XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitai; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)</p>  | Integridade e Transparência            | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023       | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |

|   |  |   |   |               |             |   |  |   |                                   |        |
|---|--|---|---|---------------|-------------|---|--|---|-----------------------------------|--------|
| Acesso à informação                                       | Decreto 11.337/2023, art. 8º                               | Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:<br>XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitaí; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)   | Integridade e Transparência                             | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023/Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Gestão da informação                                      | Decreto 11.337/2023, art. 8º                               | Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:<br>XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitaí; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)   | Integridade e Transparência                             | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023/Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Integridade Pública e Gestão de Riscos                    | Decreto 11.337/2023, art. 8º                               | Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:<br>XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitaí; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)   | Integridade e Transparência                             | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023                                | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Correição   | Decreto 11.337/2023, art. 8º                               | Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:<br>X - desenvolver atividades relacionadas à correição pública, observadas as atribuições dos Comandantes das Forças Armadas;   | Integridade e Transparência                             | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor)   | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Gestão de dados abertos                                   | Decreto 11.337/2023, art. 8º, caput                        | Art. 8º À Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, com atuação no Ministério, exceto nas Forças Armadas, compete:<br>XII - atuar como unidade setorial do Ministério da Defesa, exceto nos Comandos das Forças Armadas, do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitaí; (Redação dada pelo Decreto nº 12.726, de 2025)   | Integridade e Transparência                             | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Decreto nº 11.529/2023/Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | AESPI  |
| Análise de normas, atos e fatos administrativos/jurídicos | Decreto 11.337/2023, art. 9º e Lei Complementar nº 73/1993 | Art. 9º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:<br>I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;<br>II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;<br>VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, por meio de sua estrutura própria ou por intermédio das Consultorias Jurídicas Adjuntas:<br>a) os textos de editais de licitação e os seus contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e<br>b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação;<br>VII - examinar decisões judiciais e prestar informações, de maneira a orientar as autoridades do Ministério a respeito de seu exato cumprimento; e<br>III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado;<br>IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;<br>V - assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das suas entidades vinculadas;<br>VIII - exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas. | Consultoria Jurídica                                    | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Órgão setorial da Advocacia-Geral da União - Lei Complementar nº 73/1993/Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | CONJUR |
| Solução de litígios administrativos                       | Decreto 11.337/2023, art. 9º e Lei Complementar nº 73/1993 | Art. 9º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:<br>I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;<br>II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;<br>VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, por meio de sua estrutura própria ou por intermédio das Consultorias Jurídicas Adjuntas:<br>a) os textos de editais de licitação e os seus contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e<br>b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação;<br>VII - examinar decisões judiciais e prestar informações, de maneira a orientar as autoridades do Ministério a respeito de seu exato cumprimento; e<br>III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado;<br>IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;<br>V - assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das suas entidades vinculadas;<br>VIII - exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas. | Consultoria Jurídica                                    | Apoio         | Transversal | Não estruturado por Sistema             | Órgão setorial da Advocacia-Geral da União - Lei Complementar nº 73/1993/Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                              | Adequado - Tema de Processo do MD | CONJUR |
| Interação com a indústria e o meio acadêmico              | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 45                          | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>II - propor os fundamentos para formulação e a atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e ac<br>VII - em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:<br>a) formular e acompanhar as propostas de memorandos de entendimento relacionados à Base Industrial de Defesa; e<br>f) formular e acompanhar as análises de propostas de cooperação industrial para defesa, quando relacionadas à Base Industrial de Defesa;<br>Art. 45. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação compete:<br>VIII - estimular a interação dos institutos de pesquisa militares entre si com outras instituições, em relação às atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;<br>X - estimular e acompanhar projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa;   | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBD - Decreto nº 11169/2022 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Produção e proteção de conhecimentos                      | Decreto 11.337/2023, arts. 12 e 14                         | 12. Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos:<br>I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência;<br>III - inteligência de defesa;<br>VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa;<br>Art. 14. À Assessoria de Inteligência de Defesa compete:<br>a) inteligência, com enfoque em temas institucionais, estratégicos e operacionais do interesse da defesa; e<br>b) Política Nacional de Inteligência;   | Inteligência de Defesa                                  | Apoio         | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política de Inteligência de Defesa - Resolução nº 4846/2023                   | Adequado - Tema de Processo do MD | EMCFA  |

|   |                                       |  |   |               |             |                             |  |  |                                   |       |
|---|---------------------------------------|--|---|---------------|-------------|-----------------------------|--|--|-----------------------------------|-------|
| Gestão da atividade de inteligência                           | Decreto 11.337/2023, arts 12 e 14     | Art. 12. Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos:<br>III - inteligência de defesa;<br>VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa;<br>Art. 14. À Assessoria de Inteligência de Defesa compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:<br>a) inteligência, com enfoque em temas institucionais, estratégicos e operacionais do interesse da defesa; e<br>b) Política Nacional de Inteligência;<br>II - atender as demandas:<br>a) das Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas referentes à produção de conhecimento de inteligência de defesa, nos níveis estratégico e operacional; e<br>b) das demais Secretarias e do Centro Gestor e Operacional do Sipam referentes aos temas relacionados à inteligência institucional;<br>III - elaborar as avaliações de conjuntura e a avaliação estratégica de inteligência de defesa para a atualização da política, da estratégia e da doutrina militar de defesa;<br>IV - coordenar o Sistema de Inteligência de Defesa e o Sistema de Inteligência Operacional;<br>V - contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina e com a proposição de diretrizes para o planejamento de operações conjuntas no que se refere às atividades de inteligência operacional;<br>VI - acompanhar as atividades de inteligência operacional durante as operações conjuntas;<br>VII - participar da elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, no que se refere às atividades de inteligência operacional;<br>VIII - planejar, organizar, coordenar e controlar a atividade de contrainteligência;<br>IX - efetuar o credenciamento de segurança da administração central do Ministério e dos órgãos a ele vinculados;<br>X - executar o gerenciamento de informações, o fomento de ações, a normatização doutrinária, com exceção da área de cibernética, e o acompanhamento da evolução tecnológica nas áreas de sensoriamento remoto e imagens, guerra eletrônica, meteorologia, criptologia e cibernética;<br>XI - acompanhar a atividade de cartografia, de interesse para inteligência, no âmbito da defesa;<br>XII - coordenar a implementação e o gerenciamento dos recursos tecnológicos em proveito da inteligência, no âmbito da defesa, particularmente para as atividades de inteligência operacional;<br>XIII - orientar a atuação dos adidos de defesa, em coordenação com a Chefia de Assuntos Estratégicos, nos assuntos relacionados à inteligência de defesa; | Inteligência de Defesa  | Apoio         | Transversal | Sistema Restrito ao MD      | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema de Inteligência de Defesa     | Política de Inteligência de Defesa - Resolução nº 4846/2023                          | Adequado - Tema de Processo do MD | EMCFA |
| Comando e controle  | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 17     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>[...]<br>Art. 17. À Subchefia de Comando e Controle compete:<br>II - exercer a coordenação do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle;<br>III - propor e coordenar a execução do planejamento estratégico do Sistema Militar de Comando e Controle correspondente à doutrina e à política de segurança da informação para o Sistema Militar de Comando e Controle;<br>IV - prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto a infraestrutura de comando e controle sob responsabilidade da Subchefia, conforme previsto na doutrina do Sistema Militar de Comando e Controle;<br>V - propor e aplicar, em coordenação com as Forças Armadas, padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de componentes do Sistema Militar de Comando e Controle;<br>VI - propor a formulação e manter atualizada a doutrina de comando e controle em apoio às operações de guerra e de não guerra;<br>VII - promover convênios e representar o Ministério perante outros Ministérios e perante entidades públicas ou privadas para os assuntos relacionados ao Sistema Militar de Comando e Controle;<br>VIII - supervisionar, em apoio às operações conjuntas, as atividades relacionadas a sistemas de comando e controle, tecnologia da informação e comunicação, interoperabilidade de comando e controle, guerra centrada em redes, guerra eletrônica, segurança da informação e das comunicações no âmbito do Sistema Militar de Comando e Controle e comunicações por satélites;<br>X - alocar, quando solicitado, os meios de comando e controle necessários às situações de emprego e de adestramento conjunto das Forças Armadas e às ações de defesa civil;  | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Transversal | Sistema Restrito ao MD      | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema Militar de Comando e Controle | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Cibernética   | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 17     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>[...]<br>Art. 17. À Subchefia de Comando e Controle compete:<br>IX - assessorar o Chefe de Operações Conjuntas quanto às atividades relacionadas à defesa cibernética, em apoio às operações conjuntas;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Apoio à defesa civil  | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 17     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>c) na cooperação com a defesa civil;<br>VII - coordenar o emprego das Forças Armadas nas ações de apoio à defesa civil;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Planejamento de emprego conjunto e combinado                  | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 18     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>[...]<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>II - coordenar o planejamento estratégico e orientar os planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Cooperação contra crimes transfronteiriços                    | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 18     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>[...]<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>VI - propor diretrizes para o planejamento estratégico e o emprego das Forças Armadas em operações de não guerra:<br>d) no combate a delitos transfronteiriços e ambientais;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Acompanhamento dos projetos estratégicos conjuntos            | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 18     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>b) exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas;<br>II - orientar, coordenar e controlar as ações das Subchefias nos assuntos relacionados ao emprego das Forças Armadas e aos exercícios conjuntos;<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>II - coordenar o planejamento estratégico e orientar os planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas;<br>III - coordenar o apoio e acompanhar as operações militares e os exercícios conjuntos, incluídos os simulados;<br>IV - exercer, nos exercícios conjuntos, inclusive os simulados, a vice-chefia da direção-geral;<br>V - elaborar o plano de atividades conjuntas, de modo a estabelecer os adestramentos, os exercícios e as operações conjuntos, além de outras atividades de preparo e emprego, para o ano seguinte;   | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |
| Organismos e fóruns internacionais                            | Decreto 11.337/2023, arts 15 e 19     | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>Art. 19. À Subchefia de Operações Internacionais compete:<br>VI - conduzir, coordenar o apoio e participar de cursos, estágios, seminários, exercícios e outras atividades referentes às operações internacionais, principalmente reuniões, fóruns, seminários e discussões conduzidos pela Organização das Nações Unidas;  | Apoio à Política Externa  | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE   |
| Adestramento para emprego conjunto, combinado e interagências | Decreto 11.337/2023, arts 15, 17 e 18 | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>b) exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas;<br>Art. 17. À Subchefia de Comando e Controle compete:<br>X - alocar, quando solicitado, os meios de comando e controle necessários às situações de emprego e de adestramento conjunto das Forças Armadas e às ações de defesa civil; e<br>Art. 18. À Subchefia de Operações compete:<br>V - elaborar o plano de atividades conjuntas, de modo a estabelecer os adestramentos, os exercícios e as operações conjuntos, além de outras atividades de preparo e emprego, para o ano seguinte;  | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC  |

|  |                                   |   |  |               |             |                             |   |  |                                   |        |
|--|-----------------------------------|---|--|---------------|-------------|-----------------------------|---|--|-----------------------------------|--------|
| Conjuntura nacional e internacional          | Decreto 11.337/2023, arts 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, de maneira a subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;   | Política e Estratégia de Defesa            | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025                               | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE    |
| Cenários de defesa                           | Decreto 11.337/2023, arts 20 e 22 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>VIII - coordenar a elaboração do planejamento estratégico, no que lhe couber, de acordo com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, com base nos cenários esperados, observadas as competências das demais Chefas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e de outros órgãos de assessoramento e de assistência direta ao Ministro de Estado;<br>Art. 22. À Subchefia de Política e Estratégia compete:<br>VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários esperados, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;  | Política e Estratégia de Defesa            | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE    |
| Cooperação multilateral de defesa            | Decreto 11.337/2023, arts 20 e 23 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>Art. 23. À Subchefia de Organismos Internacionais compete:<br>VII - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional multilateral de interesse do Ministério;  | Política e Estratégia de Defesa            | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE    |
| Cooperação e intercâmbio bilateral de defesa | Decreto 11.337/2023, arts 20 e 23 | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>Art. 23. À Subchefia de Organismos Internacionais compete:<br>V - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com o tema de defesa perante os organismos internacionais;<br>VII - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional multilateral de interesse do Ministério;   | Apoio à Política Externa                   | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE    |
| Operações de ajuda humanitária               | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>[...]<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>VII - supervisionar as atividades de emprego da saúde em operações conjuntas, combinadas ou interagências, em operações internacionais, de garantia da lei e da ordem, nas emergências públicas, tais como saúde pública, inclusive de endemias e pandemias, desastres naturais e antropogênicos, e nas ações de ajuda humanitária;   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Emergências sanitárias                       | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>VII - supervisionar as atividades de emprego da saúde em operações conjuntas, combinadas ou interagências, em operações internacionais, de garantia da lei e da ordem, nas emergências públicas, tais como saúde pública, inclusive de endemias e pandemias, desastres naturais e antropogênicos, e nas ações de ajuda humanitária;   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Saúde operacional                            | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento e de transporte logístico nas Forças Armadas;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Geoinformação de defesa                      | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>VII - supervisionar o planejamento estratégico e as atividades relacionadas:<br>a) ao Sistema de Geoinformação de Defesa;<br>XI - apoiar a Chefia de Operações Conjuntas e a Assessoria de Inteligência de Defesa nos assuntos relacionados à geoinformação de defesa e meteorologia, de interesse das operações conjuntas e da inteligência de defesa;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento e de transporte logístico nas Forças Armadas; | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico   | Transversal | Sistema Restrito ao MD      | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema de Geoinformação de Defesa | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Tarefas logísticas de transporte conjunto    | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>VI - coordenar com a Subchefia de Operações e com o Centro de Operações Conjuntas a priorização e o acionamento de meios logísticos, em especial os de transporte, no âmbito das operações sob responsabilidade do Ministério;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Defesa alimentar                             | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 27 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>Art. 27. À Subchefia de Logística Operacional compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>II - formular a doutrina de alimentação das Forças Armadas e supervisionar as ações dela decorrentes;<br>IV - colaborar nas ações relacionadas à atividade de alimentação nas Forças Armadas nas operações;   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |

|  |                                   |   |  |             |          |                             |   |  |                                   |        |
|--|-----------------------------------|---|--|-------------|----------|-----------------------------|---|--|-----------------------------------|--------|
| Arcabouço legal de mobilização   | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28 | <p>Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;</p> <p>III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob, e do Sistema de Logística de Defesa;</p> <p>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;</p> <p>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à doutrina e ao planejamento de mobilização e serviço militar;</p> <p>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;</p> <p>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;</p>  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Planos de mobilização  | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28 | <p>Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;</p> <p>III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob, e do Sistema de Logística de Defesa;</p> <p>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;</p> <p>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à doutrina e ao planejamento de mobilização e serviço militar;</p> <p>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;</p> <p>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;</p>  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Exercícios de mobilização  | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28 | <p>Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;</p> <p>III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob, e do Sistema de Logística de Defesa</p> <p>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;</p> <p>VI - orientar e acompanhar, em coordenação com as demais Chefias, os planejamentos operacionais da mobilização e da logística conjunta das Forças Armadas;</p> <p>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:</p> <p>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;</p> <p>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;</p> <p>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;</p> <p>VI - elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar a sua execução pelas Forças Armadas;</p> <p>VII - gerenciar as listas de carências de recursos humanos e materiais e propor soluções perante o Sinamob e, quando necessário, a Secretaria de Produtos de Defesa e à Base Industrial de Defesa; e</p> | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Cadastramento e credenciamento de empresas de interesse da mobilização | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28 | <p>Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;</p> <p>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;</p> <p>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:</p> <p>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;</p> <p>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;</p> <p>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;</p> <p>VI - elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar a sua execução pelas Forças Armadas;</p> <p>VII - gerenciar as listas de carências de recursos humanos e materiais e propor soluções perante o Sinamob e, quando necessário, a Secretaria de Produtos de Defesa e à Base Industrial de Defesa; e</p>   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Convocação de civis e militares  | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28 | <p>Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:</p> <p>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;</p> <p>III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob, e do Sistema de Logística de Defesa</p> <p>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;</p> <p>VI - orientar e acompanhar, em coordenação com as demais Chefias, os planejamentos operacionais da mobilização e da logística conjunta das Forças Armadas;</p> <p>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:</p> <p>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;</p> <p>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;</p> <p>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;</p> <p>VI - elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar a sua execução pelas Forças Armadas;</p> <p>VII - gerenciar as listas de carências de recursos humanos e materiais e propor soluções perante o Sinamob e, quando necessário, a Secretaria de Produtos de Defesa e à Base Industrial de Defesa; e</p> | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |



|  |                                       |   |  |             |          |                             |   |  |                                   |        |
|--|---------------------------------------|---|--|-------------|----------|-----------------------------|---|--|-----------------------------------|--------|
| Coordenação do serviço militar                               | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28     | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:<br>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Coordenação das atividades sistêmicas de mobilização militar | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 28     | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização - Sinamob, e do Sistema de Logística de Defesa<br>VI - orientar e acompanhar, em coordenação com as demais Chefias, os planejamentos operacionais da mobilização e da logística conjunta das Forças Armadas;<br>Art. 28. A Subchefia de Mobilização compete:<br>III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização;<br>IV - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, em conformidade com os planos setoriais do Subsistema Setorial de Mobilização Militar;<br>V - planejar e coordenar as atividades do serviço militar;<br>VII - gerenciar as listas de carências de recursos humanos e materiais e propor soluções perante o Sinamob e, quando necessário, a Secretaria de Produtos de Defesa e à Base Industrial de Defesa; e   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Aquisições e contratações conjuntas                          | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 30     | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>XVIII - promover as condições necessárias, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e com a Secretaria de Produtos de Defesa, para que a catalogação seja utilizada nas contratações e nas aquisições governamentais como instrumento de padronização por meio da identificação de materiais;   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Obtenção de produtos e sistemas de defesa                    | Decreto 11.337/2023, arts 25 e 30     | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>III - participar, em articulação com as Forças Armadas, das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação e de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>XVIII - promover as condições necessárias, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e com a Secretaria de Produtos de Defesa, para que a catalogação seja utilizada nas contratações e nas aquisições governamentais como instrumento de padronização por meio da identificação de materiais;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa               | Decreto 11.337/2023, arts 25, 29 e 30 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>X - propor a formulação e acompanhar a gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa das Forças Armadas;<br>Art. 29. A Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>XII - participar da estrutura de governança de catalogação e da gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa, em coordenação com o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à catalogação, à coordenação e à gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>III - participar, em articulação com as Forças Armadas, das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação e de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IV - propor as bases para reformulação e atualização das normas e dos processos para a gestão de ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa no âmbito do Ministério e das Forças Armadas;<br>V - representar o País, como Centro Nacional de Catalogação - National Codification Bureau, perante a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN nos assuntos de catalogação e de gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>VIII - coordenar, planejar e acompanhar as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IX - propor e manter atualizadas as normas para as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa em articulação com as Forças Armadas, em conformidade com as boas práticas adotadas no País e no exterior; | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Catalogação  | Decreto 11.337/2023, arts 25, 29 e 30 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>V - coordenar, na área de sua atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos nas áreas de logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação e de serviço militar nas Forças Armadas;<br>III - propor a formulação e a atualização da Política de Catalogação de Defesa e acompanhar a sua execução e contribuir com a formulação e a atualização da Política Nacional de Catalogação;<br>IX - supervisionar as atividades do Sistema de Catalogação de Defesa e do Sistema Nacional de Catalogação;<br>Art. 29. A Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>XII - participar da estrutura de governança de catalogação e da gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa, em coordenação com o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à catalogação, à coordenação e à gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;        | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Política Nacional da Indústria da Defesa - Portaria nº 899/2005                      | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |

|   |                                       |   |   |             |             |                             |   |  |                                   |        |
|---|---------------------------------------|---|---|-------------|-------------|-----------------------------|---|--|-----------------------------------|--------|
| Ciclo de vida de produtos e sistemas de defesa  | Decreto 11.337/2023, arts 25, 29 e 30 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>X - propor a formulação e acompanhar a gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa das Forças Armadas;<br>Art. 29. À Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>XII - participar da estrutura de governança de catalogação e da gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa, em coordenação com o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à catalogação, à coordenação e à gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>III - participar, em articulação com as Forças Armadas, das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação e de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IV - propor as bases para reformulação e atualização das normas e dos processos para a gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa no âmbito do Ministério e das Forças Armadas;<br>V - representar o País, como Centro Nacional de Catalogação - National Codification Bureau, perante a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN nos assuntos de catalogação e de gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>VIII - coordenar, planejar e acompanhar as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IX - propor e manter atualizadas as normas para as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa em articulação com as Forças Armadas, em conformidade com as boas práticas adotadas no País e no exterior;   | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025                                       | Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa - Portaria nº 3063/2021         | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Classificação dos produtos e sistemas de defesa | Decreto 11.337/2023, arts 25, 29 e 30 | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>X - propor a formulação e acompanhar a gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa das Forças Armadas;<br>Art. 29. À Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>XII - participar da estrutura de governança de catalogação e da gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa, em coordenação com o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;<br>Art. 30. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à catalogação, à coordenação e à gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>III - participar, em articulação com as Forças Armadas, das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação e de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IV - propor as bases para reformulação e atualização das normas e dos processos para a gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa no âmbito do Ministério e das Forças Armadas;<br>V - representar o País, como Centro Nacional de Catalogação - National Codification Bureau, perante a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN nos assuntos de catalogação e de gestão do ciclo de vida de sistemas e de produtos de defesa;<br>VIII - coordenar, planejar e acompanhar as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa;<br>IX - propor e manter atualizadas as normas para as atividades de gestão do ciclo de vida de produtos e de sistemas de defesa em articulação com as Forças Armadas, em conformidade com as boas práticas adotadas no País e no exterior;   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional              | Finalístico | Transversal | Sistema Restrito ao MD      | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema de Catalogação de Defesa | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Construção do conhecimento em Defesa Nacional   | Decreto 11.337/2023, arts 31 e 32     | Art. 31. À Chefia de Educação e Cultura compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados à sua área de atuação;<br>II - preservar a autonomia e a independência dos sistemas de ensino das Forças Armadas;<br>III - buscar, por iniciativa dos sistemas de ensino das Forças Armadas e das escolas do Ministério, a equivalência entre os cursos realizados nesses órgãos e os congêneres ofertados no sistema educacional brasileiro;<br>IV - coordenar as ações para a implementação e a manutenção da validade nacional dos cursos realizados pelas instituições de ensino militares, perante o Ministério da Educação e outros órgãos da administração pública federal, quando necessário;<br>V - promover a interação entre os sistemas de ensino das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra e a Escola Superior de Defesa, a fim de estimular o desenvolvimento e o emprego de inovação nos processos educacionais no âmbito do setor de defesa, com o objetivo de preservar a efetividade entre eles;<br>VI - divulgar e coordenar a realização das atividades escolares conjuntas das escolas e das instituições de ensino no âmbito do setor de defesa;<br>VII - coordenar e supervisionar a condução da educação e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Defesa;<br>VIII - realizar as relações institucionais com órgãos governamentais e civis no interesse de sua área de atuação;<br>IX - incentivar o intercâmbio e a cooperação das escolas e das instituições de ensino militares com instituições congêneres públicas ou privadas, em âmbitos nacional e internacional, de interesse da defesa;<br>X - promover o desenvolvimento dos estudos de defesa no âmbito do setor de defesa e colaborar para o seu desenvolvimento na sociedade brasileira, principalmente no meio acadêmico; | Educação, Cultura e Conhecimentos de Defesa             | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025                                       | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHEC   |
| Gestão da aprendizagem institucional            | Decreto 11.337/2023, arts 31 e 32     | Art. 31. À Chefia de Educação e Cultura compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados à sua área de atuação;<br>II - preservar a autonomia e a independência dos sistemas de ensino das Forças Armadas;<br>III - buscar, por iniciativa dos sistemas de ensino das Forças Armadas e das escolas do Ministério, a equivalência entre os cursos realizados nesses órgãos e os congêneres ofertados no sistema educacional brasileiro;<br>IV - coordenar as ações para a implementação e a manutenção da validade nacional dos cursos realizados pelas instituições de ensino militares, perante o Ministério da Educação e outros órgãos da administração pública federal, quando necessário;<br>V - promover a interação entre os sistemas de ensino das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra e a Escola Superior de Defesa, a fim de estimular o desenvolvimento e o emprego de inovação nos processos educacionais no âmbito do setor de defesa, com o objetivo de preservar a efetividade entre eles;<br>VI - divulgar e coordenar a realização das atividades escolares conjuntas das escolas e das instituições de ensino no âmbito do setor de defesa;<br>VII - coordenar e supervisionar a condução da educação e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Defesa;<br>VIII - realizar as relações institucionais com órgãos governamentais e civis no interesse de sua área de atuação;<br>IX - incentivar o intercâmbio e a cooperação das escolas e das instituições de ensino militares com instituições congêneres públicas ou privadas, em âmbitos nacional e internacional, de interesse da defesa;<br>X - promover o desenvolvimento dos estudos de defesa no âmbito do setor de defesa e colaborar para o seu desenvolvimento na sociedade brasileira, principalmente no meio acadêmico; | Educação, Cultura e Conhecimentos de Defesa             | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025                                       | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHEC   |
| Gestão da cultura organizacional                | Decreto 11.337/2023, arts 31 e 32     | Art. 31. À Chefia de Educação e Cultura compete:<br>XI - promover a interação das escolas e das instituições de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas e destas com as instituições civis de interesse da defesa, no que se refere às atividades pertinentes à área da educação e da cultura;<br>XII - colaborar para o fortalecimento da interação das instituições de ciência, tecnologia e inovação com a Base Industrial de Defesa, na área da educação e da cultura;<br>XIII - promover as ações que contribuam com as Forças Singulares para a preservação do patrimônio histórico-cultural no âmbito do setor de defesa;  | Educação, Cultura e Conhecimentos de Defesa             | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025                                       | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHEC   |
| Gestão do Conhecimento Institucional            | Decreto 11.337/2023, arts 31 e 32     | Art. 31. À Chefia de Educação e Cultura compete:<br>XI - promover a interação das escolas e das instituições de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas e destas com as instituições civis de interesse da defesa, no que se refere às atividades pertinentes à área da educação e da cultura;<br>XII - colaborar para o fortalecimento da interação das instituições de ciência, tecnologia e inovação com a Base Industrial de Defesa, na área da educação e da cultura;<br>XIII - promover as ações que contribuam com as Forças Singulares para a preservação do patrimônio histórico-cultural no âmbito do setor de defesa;  | Educação, Cultura e Conhecimentos de Defesa             | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025                                       | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHEC   |

|  |  |  |  |               |             |   |   |  |                                   |       |
|--|--|--|--|---------------|-------------|---|---|--|-----------------------------------|-------|
| Transferência de recursos                        | Decreto 11.337/2023, arts 33 e 36<br>Decreto nº 11.271/2022  | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral;<br>Art. 36. Ao Departamento do Programa Calha Norte - Militar compete:<br>I - realizar a gestão dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2024 para a implementação de infraestrutura básica nos Municípios da região do Programa Calha Norte; e<br>II - apoiar as unidades militares na região da Amazônia Legal.<br>Decreto nº 11.271/2022  | Gestão de Transferência de Recursos        | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | III<br>Institui o Sistema de Gestão de Parcerias da União - Sigpar - DECRETO nº 11.271/2022                             | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SG    |
| Organização e Inovação Institucional             | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 38 e Decreto nº 9.739/2019  | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>III - Sistema de Organização e Inovação Institucional - Siorg;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 38. Ao Departamento de Organização e Legislação compete:<br>X - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Siorg, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.<br>Decreto nº 9.739/2019  | Gestão do Conhecimento                     | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) - Decreto nº 9.739/2019  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Gestão do orçamento                              | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39  | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:<br>I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;<br>Lei nº 10.180/2001  | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001/Resolução CONSUG MD nº 22/2025                | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Custos   | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39 e LC 101/2000, Lei nº 10.180/2001, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986 | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:<br>I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;<br>LC 101/2000, Lei nº 10.180/2001, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986  | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Apoio         | Transversal | Não estruturado por Sistema             | Sistema de Custos do Governo Federal - LC 101/2000, Lei nº 10.180/2001, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Gestão do Plano Plurianual (PPA)                 | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001   | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>VII - supervisionar os processos de elaboração do Plano Plurianual e da proposta orçamentária no que se refere à dimensão estratégica, no âmbito do Ministério da Defesa;   | Planejamento e Orçamento                   | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SG    |
| Planejamento e Orçamento                         | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001   | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:<br>I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;<br>Lei nº 10.180/2001  | Planejamento e Orçamento                   | Gerenciamento | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Lei nº 10.180/2001   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Administração Financeira                         | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001   | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:<br>I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;<br>Lei nº 10.180/2001  | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) - Lei nº 10.180/2001  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Contabilidade                                    | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 39 e Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009                                       | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 39. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:<br>I - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ao Sistema de Administração Financeira Federal, ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos do Governo Federal;<br>Lei nº 10.180/2001 e nº 6.976/2009  | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Contabilidade Federal (SIOP) - Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009                                    | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Classificação e Retribuição de cargos e empregos | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º   | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;<br>Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:<br>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.<br>Decreto 67.326/1972<br>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)<br>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018) | Gestão de Pessoas                          | Apoio         | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1970                                      | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |

|   |  |   |                     |       |             |   |  |  |                                   |       |
|---|--|---|---------------------|-------|-------------|---|--|--|-----------------------------------|-------|
| Recrutamento e Seleção                      | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.</p> <p>Decreto 67.326/1972</p> <p>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> | Gestão de Pessoas   | Apoio | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1971 | Não relacionado Diretamente com Política Pública | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Cadastro e Lotação                          | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.</p> <p>Decreto 67.326/1972</p> <p>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> | Gestão de Pessoas   | Apoio | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1972 | Não relacionado Diretamente com Política Pública | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Aperfeiçoamento                             | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.</p> <p>Decreto 67.326/1972</p> <p>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> | Gestão de Pessoas   | Apoio | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1973 | Não relacionado Diretamente com Política Pública | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Legislação de Pessoal                       | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.</p> <p>Decreto 67.326/1972</p> <p>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> | Gestão de Pessoas   | Apoio | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1974 | Não relacionado Diretamente com Política Pública | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho   | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto 67.326/1972, art. 2º | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec.</p> <p>Decreto 67.326/1972</p> <p>Art. 2º As atividades básicas de administração de pessoal são as relativas a: (Redação dada pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>I - classificação e retribuição de cargos e empregos; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>II - recrutamento e seleção; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>III - cadastro e lotação; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>IV - aperfeiçoamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>V - legislação de pessoal; e (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> <p>VI - atenção à saúde e à segurança do trabalho. (Incluído pelo Decreto nº 9.473, de 2018)</p> | Gestão de Pessoas   | Apoio | Transversal | Não estruturado por Sistema             | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 67.326/1975 | Não relacionado Diretamente com Política Pública | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI |
| Sistema de Concessão de Diárias e Passagens | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto nº 1.094/994         | <p>Art. 33. À Secretaria-Geral compete:</p> <p>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:</p> <p>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sisg;</p> <p>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:</p> <p>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;</p> <p>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:</p> <p>e) sistema de diárias e passagens;</p> <p>Decreto nº 1.094/994</p>  | Gestão da Logística | Apoio | Transversal | Não estruturado por Sistema             | Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) - Decreto nº 5992/2006          | Não relacionado Diretamente com Política Pública |                                   | SEORI |

|   |   |   |   |             |             |   |   |  |                                   |        |
|---|---|---|---|-------------|-------------|---|---|--|-----------------------------------|--------|
| Gestão de licitações, contratos e sanções administrativas | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 40 e Decreto nº 1.094/994  | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sig;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:<br>b) licitações, contratos e instrumentos congêneres;<br>Decreto nº 1.094/994   | Gestão da Logística                                     | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Serviços Gerais (SISG) - Decreto nº 1.094/994  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Gestão de edifícios públicos                              | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 41 e Decreto nº 1.094/994  | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sig;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 41. Ao Departamento de Engenharia e Logística compete:<br>II - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Siga e ao Sig.<br>Decreto nº 1.094/994   | Gestão Patrimonial                                      | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Serviços Gerais (SISG) - Decreto nº 1.094/994  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Gestão de residenciais - Moradia                          | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 41 e Decreto nº 1.094/994  | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sig;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 41. Ao Departamento de Engenharia e Logística compete:<br>II - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Siga e ao Sig.<br>Decreto nº 1.094/994   | Gestão Patrimonial                                      | Apoio       | Singular    | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Serviços Gerais (SISG) - Decreto nº 1.094/994/Resolução CONSUG MD nº 22/2025           | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Gestão de Transporte                                      | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 41 e Decreto nº 1.094/994  | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sig;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 41. Ao Departamento de Engenharia e Logística compete:<br>II - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Siga e ao Sig.<br>Decreto nº 1.094/994   | Gestão Patrimonial                                      | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Serviços Gerais (SISG) - Decreto nº 1.094/994  | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Gestão de Documentos e arquivos                           | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 41 e Decreto nº 4.915/2003 | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>IV - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – Siga;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>XI - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades dos sistemas relacionados no art. 33, § 1º;<br>Art. 41. Ao Departamento de Engenharia e Logística compete:<br>II - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Siga e ao Sig.<br>Decreto nº 4.915/2003   | Gestão do Conhecimento                                  | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) - Decreto nº 4.915/2003                         | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Tecnologia da Informação e Comunicação                    | Decreto 11.337/2023, arts 33, 37 e 42 e Decreto nº 7.579/2011 | Art. 33. À Secretaria-Geral compete:<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;<br>Art. 37. À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete:<br>Art. 42. Ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da administração central do Ministério, compete:<br>I - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério na estrutura do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal;<br>Decreto nº 7.579/2011   | Gestão de TIC   | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISPI) - Decreto nº 7.579/2011 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                               | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Credenciamento de empresas                                | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 44                             | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>VI - propor a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de investimentos, financiamentos, garantias, concessões, parcerias público-privadas e reestruturação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa;<br>Art. 44. Ao Departamento de Produtos de Defesa compete:<br>I - propor ao Secretário de Produtos de Defesa:<br>a) normas para a classificação dos produtos de defesa e estratégicos de defesa e para o credenciamento de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa;<br>b) requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos de defesa para serem classificados como estratégicos de defesa; e<br>c) cláusulas nos acordos de compensação tecnológica, industrial e comercial de interesse da defesa;<br>II - exercer o controle sobre as condições de credenciamento das empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa; | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional da Indústria da Defesa - Portaria nº 899/2005                | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Catálogo de produtos, sistemas e empresas                 | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 44                             | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>IV - propor a formulação e a atualização da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa, elaborar normas e supervisionar as ações inerentes ao controle das importações e das exportações de produtos de defesa;<br>V - conduzir programas e projetos de promoção comercial dos produtos de defesa nacional;<br>VI - propor a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de investimentos, financiamentos, garantias, concessões, parcerias público-privadas e reestruturação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa;<br>Art. 44. Ao Departamento de Produtos de Defesa compete:<br>I - propor ao Secretário de Produtos de Defesa:<br>a) normas para a classificação dos produtos de defesa e estratégicos de defesa e para o credenciamento de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa;                                 | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBID - Decreto nº 11169/2022 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Prospecção tecnológica                                    | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 45                             | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>X - propor e acompanhar as atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, em áreas de interesse da defesa, incluídas a tecnologia industrial básica e as tecnologias sensíveis;<br>Art. 45. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação compete:<br>I - coordenar e acompanhar atividades de certificação, de metrologia e de normalização e proteção por patentes de interesse da defesa;<br>II - propor cláusulas de transferência de tecnologia e de compensação tecnológica de interesse da defesa;<br>III - acompanhar ações e propor mecanismos de aperfeiçoamento para medidas de compensação tecnológica - offset - de interesse da defesa em coordenação com os demais Departamentos;<br>IV - acompanhar os processos de transferência de tecnologia para a Base Industrial de Defesa;<br>V - estimular e acompanhar o desenvolvimento de tecnologia na área de defesa;  | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa - Portaria nº 3063/2021   | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |

|   |                                   |   |   |               |             |   |   |   |                                   |        |
|---|-----------------------------------|---|---|---------------|-------------|---|---|---|-----------------------------------|--------|
| Pesquisa, desenvolvimento e inovação    | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 45 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>I - propor os fundamentos para a formulação e a atualização da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa e acompanhar a sua execução;<br>Art. 45. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação compete:<br>VI - propor bases para a formulação e a atualização da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a defesa e acompanhar a sua execução;<br>VII - estimular iniciativas conjuntas que envolvam os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;  | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação | Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa - Portaria nº 3063/2021              | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Compensação tecnológica                 | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 45 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>III - propor a formulação e a atualização da Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa e acompanhar a sua execução;<br>Art. 45. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação compete:<br>I - coordenar e acompanhar atividades de certificação, de metrologia e de normalização e proteção por patentes de interesse da defesa;<br>II - propor cláusulas de transferência de tecnologia e de compensação tecnológica de interesse da defesa;   | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa - Portaria nº 3063/2021              | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Parcerias estratégicas                  | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 46 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>VI - propor a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de investimentos, financiamentos, garantias, concessões, parcerias público-privadas e reestruturação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa;<br>VIII - apresentar diagnósticos para subsidiar investimentos públicos e privados na Base Industrial de Defesa;<br>Art. 46. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:<br>II - promover e coordenar os diálogos com parceiros nacionais e internacionais que envolvam a Base Industrial de Defesa;   | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa - Portaria nº 3063/2021              | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Fomento à produção                      | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 46 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>VI - propor a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de investimentos, financiamentos, garantias, concessões, parcerias público-privadas e reestruturação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa; acompanhar a sua execução;<br>VIII - apresentar diagnósticos para subsidiar investimentos públicos e privados na Base Industrial de Defesa;<br>Art. 46. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:<br>I - promover a inserção de empresas brasileiras relacionadas à área de defesa no mercado internacional;<br>II - promover e coordenar os diálogos com parceiros nacionais e internacionais que envolvam a Base Industrial de Defesa;<br>III - acompanhar ações de compensação comercial - offset - de interesse da defesa em coordenação com os demais Departamentos;<br>IV - participar da organização e da coordenação de jornadas empresariais relacionadas à promoção comercial de produtos, de serviços e de tecnologias de defesa, no País e no exterior;  | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional da Indústria da Defesa - Portaria nº 899/2005                           | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Promoção comercial                      | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 46 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>VI - propor a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de investimentos, financiamentos, garantias, concessões, parcerias público-privadas e reestruturação de empresas de defesa e empresas estratégicas de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa; acompanhar a sua execução;<br>VIII - apresentar diagnósticos para subsidiar investimentos públicos e privados na Base Industrial de Defesa;<br>Art. 46. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:<br>I - promover a inserção de empresas brasileiras relacionadas à área de defesa no mercado internacional;<br>II - promover e coordenar os diálogos com parceiros nacionais e internacionais que envolvam a Base Industrial de Defesa;<br>III - acompanhar ações de compensação comercial - offset - de interesse da defesa em coordenação com os demais Departamentos;<br>IV - participar da organização e da coordenação de jornadas empresariais relacionadas à promoção comercial de produtos, de serviços e de tecnologias de defesa, no País e no exterior;<br>VI - propor as bases para a formulação e a atualização da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa e de diretrizes para o controle da exportação e da importação de produtos de interesse da defesa;<br>VII - planejar e coordenar, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e demais Departamentos, missões empresariais, feiras, seminários e rodadas de negócios de promoção comercial de produtos, de serviços e de tecnologias de defesa brasileiros;<br>VIII - divulgar, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e demais Departamentos, os produtos, os serviços e as tecnologias de defesa brasileiros, no País e no exterior;<br>IX - analisar e emitir pareceres sobre pedidos de operação de exportação e de importação de produtos para os quais o Ministério seja órgão anuente, no âmbito dos normativos legais que tratam do comércio exterior no País;<br>X - participar, em articulação com o Departamento de Produtos de Defesa, das ações de fomento à Base Industrial de Defesa no exterior; | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBD - Decreto nº 11169/2022             | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Operações de exportação e de importação | Decreto 11.337/2023, arts 43 e 46 | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>IV - propor a formulação e a atualização da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa, elaborar normas e supervisionar as ações inerentes ao controle das importações e das exportações de produtos de defesa;<br>Art. 46. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:<br>V - estruturar, manter, acompanhar bases de dados e elaborar estatísticas de comércio exterior de produtos de defesa;<br>VI - propor as bases para a formulação e a atualização da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa e de diretrizes para o controle da exportação e da importação de produtos de interesse da defesa;<br>VIII - divulgar, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e demais Departamentos, os produtos, os serviços e as tecnologias de defesa brasileiros, no País e no exterior;<br>IX - analisar e emitir pareceres sobre pedidos de operação de exportação e de importação de produtos para os quais o Ministério seja órgão anuente, no âmbito dos normativos legais que tratam do comércio exterior no País;<br>X - participar, em articulação com o Departamento de Produtos de Defesa, das ações de fomento à Base Industrial de Defesa no exterior;   | Desenvolvimento da BID e da CT&I de Interesse da Defesa | Finalístico   | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa - Decreto nº 9607/2018 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Política e gestão de pessoal            | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 49 | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>[...]<br>I - propor política de pessoal civil, militar e pensionistas, e políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>II - propor política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;<br>Art. 49. Ao Departamento de Pessoal compete:<br>I - propor as políticas, as estratégias e as diretrizes de pessoal militar e pensionistas, inclusive quanto à remuneração, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>IV - elaborar, com a participação das Forças Armadas, estudos e realizar a avaliação financeira e atuarial das pensões militares;   | Políticas de Pessoal e Proteção Social                  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPESD |
| Assistências social e religiosa         | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 49 | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>[...]<br>VI - propor normas relacionadas à prestação da assistência religiosa nas Forças Armadas;<br>Art. 49. Ao Departamento de Pessoal compete:<br>V - auxiliar o Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais na elaboração de propostas de normas relacionadas à prestação da assistência religiosa nas Forças Armadas;<br>VI - manter interlocução com os representantes das diferentes religiões professadas nas Forças Armadas para o cumprimento do disposto na Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.   | Políticas de Pessoal e Proteção Social                  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPESD |
| Assistência ao pessoal                  | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 50 | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>XI - coordenar, no âmbito do Ministério, com a participação das Forças Armadas, as ações referentes ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas;<br>Art. 50. Ao Departamento de Saúde e Assistência Social compete:<br>V - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de saúde, assistência social e biossegurança, nos seus respectivos eixos biológicos;<br>VII - assessorar e apoiar a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais em suas demandas técnicas nas áreas de saúde, assistência social e biossegurança.  | Políticas de Pessoal e Proteção Social                  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Não relacionado Diretamente com Política Pública  |                                   | SEPESD |

|  |   |  |   |               |             |  |  |   |                                   |          |
|--|---|--|---|---------------|-------------|--|--|---|-----------------------------------|----------|
| Proteção Social e Assistência Social                           | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 50                       | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>[...]<br>XI - coordenar, no âmbito do Ministério, com a participação das Forças Armadas, as ações referentes ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.<br>Art. 50. Ao Departamento de Saúde e Assistência Social compete:<br>I - propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, das estratégias e das diretrizes setoriais de saúde, assistência social e biossegurança para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>II - identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implementação de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança;<br>III - coordenar a elaboração de estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança no âmbito das Forças Armadas;<br>V - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de saúde, assistência social e biossegurança, nos seus respectivos eixos biológicos;<br>VII - assessorar e apoiar a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais em suas demandas técnicas nas áreas de saúde, assistência social e biossegurança.  | Políticas de Pessoal e Proteção Social  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema                | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDO   |
| Saúde assistencial   | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 50                       | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>[...]<br>VIII - propor a formulação e a atualização de diretrizes de saúde, assistência social e biossegurança para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>Art. 50. Ao Departamento de Saúde e Assistência Social compete:<br>I - propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, das estratégias e das diretrizes setoriais de saúde, assistência social e biossegurança para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>II - identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implementação de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança;<br>III - coordenar a elaboração de estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança no âmbito das Forças Armadas;<br>IV - elaborar estudos e propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas;<br>V - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de saúde, assistência social e biossegurança, nos seus respectivos eixos biológicos;<br>VI - coordenar a elaboração de estudos e articular ações nas áreas de biossegurança, bioproteção, defesa biológica e biodiversidade, com foco no fortalecimento da capacidade nacional de defesa; e<br>VII - assessorar e apoiar a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais em suas demandas técnicas nas áreas de saúde, assistência social e biossegurança.   | Políticas de Pessoal e Proteção Social  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema                | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDO   |
| Sistema de proteção social dos militares                       | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 50                       | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>[...]<br>XI - coordenar, no âmbito do Ministério, com a participação das Forças Armadas, as ações referentes ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.<br>Art. 50. Ao Departamento de Saúde e Assistência Social compete:<br>I - propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, das estratégias e das diretrizes setoriais de saúde, assistência social e biossegurança para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;<br>II - identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implementação de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança;<br>III - coordenar a elaboração de estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e de projetos de saúde, assistência social e biossegurança no âmbito das Forças Armadas;<br>IV - elaborar estudos e propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas;<br>VI - coordenar a elaboração de estudos e articular ações nas áreas de biossegurança, bioproteção, defesa biológica e biodiversidade, com foco no fortalecimento da capacidade nacional de defesa; e  | Políticas de Pessoal e Proteção Social  | Gerenciamento | Transversal | Sistema Restrito ao MD                     | Transversal - Resolução CONSUG MD nº 22/2025 - Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDO   |
| Educação assistencial  | Decreto 11.337/2023, arts 48 e 52                       | Art. 48. À Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais compete:<br>VII - supervisionar os programas e os projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos à Secretaria e controlar a captação de recursos financeiros;<br>Art. 52. Ao Departamento de Projetos Sociais compete:<br>I - propor ao Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais parcerias e convênios com entidades públicas e privadas;<br>II - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários, de apoiadores e de patrocinadores para os programas e para os projetos sob responsabilidade do Departamento; e<br>III - controlar o desenvolvimento dos programas e dos projetos sociais de cooperação com o desenvolvimento nacional atribuídos ao Departamento, na esfera de suas competências, em sua área de atuação.   | Políticas de Pessoal e Proteção Social  | Gerenciamento | Singular    | Não estruturado por Sistema                | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025  | Não relacionado Diretamente com Política Pública  | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPEDO   |
| Proteção e preservação ambiental e desenvolvimento sustentável | Decreto 11.337/2023, arts 53 e 54<br>Decreto 9.829/2019 | Art. 53. Ao Centro Gestor e Operacional do Sipam compete:<br>I - planejar, coordenar e sistematizar a aquisição, a coleta, o processamento, a análise, a visualização e a disseminação de dados, de imagens e de informações ambientais;<br>II - planejar e coordenar a utilização da infraestrutura tecnológica para gerar os produtos operacionais;<br>III - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes às unidades organizacionais do Centro Gestor e Operacional do Sipam para:<br>a) gestão, sistematização e fornecimento de informações ambientais;<br>b) aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, de imagens e de informações ambientais; e<br>c) planejamento, execução e avaliação de programas, de projetos e de atividades operacionais;<br>IV - exercer atividades de inteligência no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sipam;<br>V - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas, pelos projetos e pelas atividades relacionados à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e<br>VI - orientar, coordenar e controlar as atividades operacionais das unidades organizacionais do Centro Gestor e Operacional do Sipam.<br>Art. 54. À Diretoria Operacional compete:<br>I - planejar, coordenar e sistematizar a aquisição, a coleta, o processamento, a análise, a visualização e a disseminação de dados, de imagens e de informações ambientais;<br>II - planejar e coordenar a utilização da infraestrutura tecnológica para gerar os produtos operacionais;<br>III - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes às unidades organizacionais do Centro Gestor e Operacional do Sipam para:<br>a) gestão, sistematização e fornecimento de informações ambientais;<br>b) aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, de imagens e de informações ambientais; e<br>c) planejamento, execução e avaliação de programas, de projetos e de atividades operacionais;<br>IV - exercer atividades de inteligência no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sipam;<br>V - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas, pelos projetos e pelas atividades relacionados à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e<br>VI - orientar, coordenar e controlar as atividades operacionais das unidades organizacionais do Centro Gestor e Operacional do Sipam. | Cooperação com Desenvolvimento Nacional | Gerenciamento | Singular    | Outros Sistemas do Poder Executivo Federal | Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam - Decreto 9.829/2019  | Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal - Decreto nº 11.367/2023 / Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CENSIPAM |

|   |   |   |   |             |             |   |   |  |                                   |        |
|---|---|---|---|-------------|-------------|---|---|--|-----------------------------------|--------|
| Política de Pessoal Civil                     | Decreto 11.337/2023, atualizado pelo Decreto nº 12.726/2025 arts. 37 e 40 | Art. 37. A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional compete: [...]<br>Art. 40. Ao Departamento de Administração e de Pessoal compete:<br>I - planejar, organizar, coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério nas seguintes áreas de atuação:<br>c) pessoal civil, militares e estagiários; e<br>d) capacitação de pessoal; e<br>II - implementar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, a política, as estratégias e as diretrizes setoriais de pessoal civil e acompanhar a sua implementação; e<br>III - administrar, planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao Sipec." (NR)  | Gestão de Pessoas   | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) - Decreto nº 6.833/2009                       | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | SEORI  |
| Apoio logístico                               | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, art. 25 e 26                            | Art. 25. A Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>II - orientar, supervisionar e controlar as atividades das subchefias subordinadas e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;<br>Art. 26. A Vice-Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>II - orientar, coordenar e controlar a execução das ações das Subchefias, do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa, das Assessorias e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Chefia de Logística e Mobilização; e<br>III - consolidar o planejamento orçamentário das Subchefias da Chefia de Logística e Mobilização, acompanhar a sua execução e gerir as ações orçamentárias sob responsabilidade da Chefia.   | Logística de Defesa e Mobilização Nacional                        | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Apoio jurídico às operações militares         | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, art. 9º                                 | .<br><br>Art. 9º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:<br>I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;<br>II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;<br>VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, por meio de sua estrutura própria ou por intermédio das Consultorias Jurídicas Adjuntas:<br>a) os textos de editais de licitação e os seus contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e<br>b) os atos pelos quais se reconheça a inexistência ou se decida pela dispensa de licitação;<br>VII - examinar decisões judiciais e prestar informações, de maneira a orientar as autoridades do Ministério a respeito de seu exato cumprimento; e<br>III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado;<br>IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;<br>V - assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das suas entidades vinculadas;<br>VIII - exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.   | Consultoria Jurídica  | Apoio       | Transversal | Sistema Estruturador do Poder Executivo | Órgão setorial da Advocacia-Geral da União - Lei Complementar nº 73/1993/Resolução CONSUG MD nº 22/2025 | Não relacionado Diretamente com Política Pública                                     | Adequado - Tema de Processo do MD | CONJUR |
| Operações internacionais                      | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 15 e 19                           | Art. 15. A Chefia de Operações Conjuntas compete:<br>[...]<br>Art. 19. À Subchefia de Operações Internacionais compete:<br>I - assessorar o Chefe de Operações Conjuntas nos assuntos relacionados às operações internacionais;<br>II - coordenar as ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em operações internacionais;<br>III - assessorar a Chefia de Assuntos Estratégicos na implantação de contingentes das Forças Armadas em operações internacionais;<br>IV - gerenciar o preparo, o desdobramento, o emprego, os rodízios, a desmobilização e a repatriação de contingentes das Forças Armadas em operações de paz, de desminagem humanitária e dos militares em missões de caráter individual nessas atividades;<br>V - gerenciar, em coordenação com a Subchefia de Logística Operacional da Chefia de Logística e Mobilização, o apoio logístico, em especial a função logística de transporte, necessário à concentração, ao desdobramento, à manutenção e à desmobilização e à repatriação dos contingentes brasileiros e à reversão dos meios em operações internacionais;<br>VI - conduzir, coordenar o apoio e participar de cursos, estágios, seminários, exercícios e outras atividades referentes às operações internacionais, principalmente reuniões, fóruns, seminários e discussões conduzidos pela Organização das Nações Unidas;<br>VII - contribuir para o desenvolvimento e a atualização da doutrina das operações internacionais;<br>VIII - coordenar a elaboração de propostas de diretrizes, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, para a atuação das Forças Armadas de forma singular, conjunta ou combinada em operações internacionais;<br>IX - coordenar, avaliar e consolidar, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e respeitadas as competências da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, em conjunto com as Forças Armadas, a elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual referente às atividades relacionadas à Subchefia;<br>X - gerir os processos de indenização e de reembolso da Organização das Nações Unidas ou de outros organismos internacionais decorrentes da participação brasileira em operações de paz;<br>XI - coordenar as atividades de capacitação de recursos humanos e de adestramento relacionados às operações internacionais; | Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto das Forças Armadas | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHOC   |
| Relações e acordos internacionais             | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 20 e 23                           | Art. 20. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:<br>III - propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de defesa;<br>[...]<br>Art. 23. À Subchefia de Organismos Internacionais compete:<br>I - assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos sobre assuntos relacionados a organismos internacionais que envolvam o Ministério;<br>V - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com o tema de defesa perante os organismos internacionais;<br>VII - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional multilateral de interesse do Ministério;<br>VIII - planejar e acompanhar, em coordenação com as Forças Armadas e a Subchefia de Assuntos Internacionais, as atividades de cooperação técnico-militar, no âmbito dos organismos internacionais, de interesse do Ministério; e<br>Art. 24. À Subchefia de Assuntos Internacionais compete:<br>I - assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos internacionais que envolvam o Ministério;<br>VI - conduzir as atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa e acompanhar sua evolução;  | Apoio à Política Externa  | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CAE    |
| Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 25 e 29                           | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>[...]<br>Art. 29. À Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>IX - coordenar com a Chefia de Operações Conjuntas, o planejamento logístico dos exercícios em operações conjuntas, combinadas, multinacionais, interagências, de paz, de garantia da lei e da ordem e de ajuda humanitária, inclusive os simulados, como parte da direção do exercício, sob orientação da Subchefia de Operações.  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional                        | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Doutrina conjunta, combinada e interagências  | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 25 e 29                           | Art. 25. À Chefia de Logística e Mobilização compete:<br>[...]<br>Art. 29. À Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>IX - coordenar com a Chefia de Operações Conjuntas, o planejamento logístico dos exercícios em operações conjuntas, combinadas, multinacionais, interagências, de paz, de garantia da lei e da ordem e de ajuda humanitária, inclusive os simulados, como parte da direção do exercício, sob orientação da Subchefia de Operações;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional                        | Finalístico | Singular    | Não estruturado por Sistema             | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |



|  |   |  |  |               |          |                             |   |  |                                   |        |
|--|---|--|--|---------------|----------|-----------------------------|---|--|-----------------------------------|--------|
| Interoperabilidade   | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 25 e 29           | Art. 25. A Chefe de Logística e Mobilização compete:<br>I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados às atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa; de interesse da defesa; de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>Art. 29. A Subchefia de Logística Estratégica compete:<br>I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à integração e à interoperabilidade logísticas, à tecnologia militar e ao acompanhamento de projetos de interesse da defesa;<br>II - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e de logística das Forças Armadas;  | Logística de Defesa e Mobilização Nacional | Finalístico   | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | CHELOG |
| Relações comerciais de produtos e sistemas de defesa no exterior | Decreto nº 11.337, de 01/01/2023, arts. 43 e 46           | Art. 43. À Secretaria de Produtos de Defesa compete:<br>[...]<br>Art. 46. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:<br>III - acompanhar ações de compensação comercial - offset - de interesse da defesa em coordenação com os demais Departamentos;<br>IV - participar da organização e da coordenação de jornadas empresariais relacionadas à promoção comercial de produtos, de serviços e de tecnologias de defesa, no País e no exterior;<br>V - estruturar, manter, acompanhar bases de dados e elaborar estatísticas de comércio exterior de produtos de defesa;<br>VI - propor as bases para a formulação e a atualização da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa e de diretrizes para o controle da exportação e da importação de produtos de interesse da defesa;<br>VII - planejar e coordenar, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e demais Departamentos, missões empresariais, feiras, seminários e rodadas de negócios de promoção comercial de produtos, de serviços e de tecnologias de defesa brasileiros;<br>VIII - divulgar, em articulação com outros órgãos da administração pública federal e demais Departamentos, os produtos, os serviços e as tecnologias de defesa brasileiros, no País e no exterior;<br>IX - analisar e emitir pareceres sobre pedidos de operação de exportação e de importação de produtos para os quais o Ministério seja órgão anuente, no âmbito dos normativos legais que tratam do comércio exterior no País;  | Apoio à Política Externa                   | Finalístico   | Singular | Não estruturado por Sistema | Singular - Resolução CONSUG MD nº 22/2025   | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SEPROD |
| Emprego Conjunto das Forças Armadas                              | Lei nº 14.600/2023<br>Decreto 11.337/2023, art. 12        | Art. 12. Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 97, de 1999, e assessorar o Ministro de Estado nos seguintes assuntos:<br>I - políticas e estratégias nacionais de defesa, de inteligência e contrainteligência;<br>II - políticas e estratégias militares de defesa;<br>III - inteligência de defesa;<br>IV - educação e cultura;<br>V - assuntos e atos internacionais e participação em representações e em organismos, no País e no exterior, na área de defesa;<br>VI - atividades de integração e interoperabilidade logística, de mobilização, de segurança de alimentos, de defesa alimentar, de saúde operacional, de tecnologia militar, de acompanhamento de projetos de interesse da defesa, de geoinformação e meteorologia de defesa, de aerolevantamento, de catalogação, de serviço militar e de transporte logístico nas Forças Armadas;<br>VII - articulação e equipamento das Forças Armadas; e<br>VIII - acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.<br>§ 1º Compete, ainda, ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:<br>I - receber e analisar os projetos de interesse da defesa encaminhados ao Ministério pelas Forças Singulares;<br>II - estabelecer requisitos operacionais conjuntos para os projetos estratégicos de interesse da defesa;<br>III - subsidiar o processo decisório no Ministério para a deliberação de projetos estratégicos de interesse da defesa, ouvido o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares;<br>IV - atuar como órgão de direção-geral no âmbito de sua área de atuação, observadas as competências dos demais órgãos;<br>V - coordenar os meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas;<br>VI - coordenar as ações destinadas à formulação do planejamento e da gestão estratégica no âmbito dos órgãos que lhe são subordinados;<br>VII - orientar as atividades de inteligência, com enfoque em temas estratégicos e operacionais de interesse da defesa; e<br>VIII - coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas.<br>§ 2º O Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares, de que trata o art. 3º-A da Lei Complementar nº 97, de 1999, funcionará junto ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e terá as suas atribuições definidas em ato do Ministro de Estado. | Governança e Gestão                        | Gerenciamento | Singular | Não estruturado por Sistema | Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | EMCFA  |
| Direção e Supervisão da Gestão Estratégica e Administrativa      | Lei nº 14.600/2023<br>Decreto 11.337/2023, art. 33        | Art. 33. A Secretaria-Geral compete:<br>I - assistir o Ministro de Estado na definição de diretrizes e nos assuntos de competência dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral;<br>II - assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas e de estratégias nacionais e setoriais de defesa quanto às competências dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral;<br>III - direcionar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos subordinados à Secretaria-Geral;<br>VI - elaborar estudos e propor ações e projetos para o aprimoramento da governança, da desburocratização, da gestão, da inovação e da organização institucional, e de outros assuntos correlatos, no âmbito do Ministério da Defesa e observada a esfera de competências do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;<br>VII - supervisionar os processos de elaboração do Plano Plurianual e da proposta orçamentária no que se refere à dimensão estratégica, no âmbito do Ministério da Defesa;<br>VIII - propor e supervisionar a implementação de políticas, de planos, de programas, de projetos e de ações de caráter transversal que demandem coordenação da Secretaria-Geral;<br>IX - coordenar, orientar e harmonizar as ações para a adoção de providências relacionadas ao atendimento das demandas dos órgãos de controle externo e de controle interno nas quais estejam envolvidas mais de uma unidade da estrutura do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Geral e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;<br>X - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Coordenação da Governança e Supervisão Ministerial das Empresas Estatais.<br>§ 1º A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exerce a função de órgão setorial dos seguintes sistemas:<br>I - Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;<br>II - Sistema de Administração Financeira Federal;<br>III - Sistema de Organização e Inovação Institucional – Siorg;<br>IV - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – Siga;<br>V - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec;<br>VI - Sistema de Serviços Gerais – Sigs;<br>VII - Sistema de Contabilidade Federal;<br>VIII - Sistema de Custos do Governo Federal; e<br>IX - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – Sisp.  | Governança e Gestão                        | Gerenciamento | Singular | Não estruturado por Sistema | Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | SG     |
| Governança Ministerial   | Lei nº 14.600/2023<br>Decreto 11.337/2023, art. 62, caput | Art. 1. Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, que integra a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, tem a finalidade de definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas; Art. 62. Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018.  | Governança e Gestão                        | Gerenciamento | Singular | Não estruturado por Sistema | Estrutura Básica Singular da Defesa - Lei nº 14.600/2023 - Gabinete do Ministro e EMCFA/SG Supervisão e a coordenação da estrutura do Ministério em substituição a uma Secretaria-Executiva | Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Decreto nº 12.725/2025 | Adequado - Tema de Processo do MD | MD     |